



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 169.851/08

CONTRATO N. 2009/059.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A
SAÚDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE ÁGUA MINERAL LTDA., PARA
FORNECIMENTO DE ÁGUA
MINERAL SEM GÁS.

Aos treze dias do mês março de dois mil e nove, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a SAÚDE – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA., situada na Rod. BR 153 Km 1310, Hidrolândia, Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 02.991.389/0001-00, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Procurador, o senhor LUIZ PAULO PEREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Goiânia-GO, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/07/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 2/09 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é o fornecimento de água mineral sem gás, em garrafa de 1,5 litro, pelo período de 12 (doze) meses, para a CONTRATANTE, de acordo com a quantidade estimada e as especificações descritas no Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 2/09 e demais exigências e condições expressas no referido Edital e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 2/09 e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 2/09;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

c) Proposta da CONTRATADA, datada de 28/01/2009.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor decorrente do presente Contrato, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições constantes de sua proposta, em conformidade com o artigo 65, §1º, da LEI, correspondente ao artigo 113, §1º, do REGULAMENTO, e previsto no subitem 1.2 do referido Edital.

Parágrafo terceiro - As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o artigo 65, §2º, inciso II, da LEI, correspondente ao artigo 113, §2º, do REGULAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O produto objeto deste Contrato deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas descritas no Título 1 e às exigências estabelecidas no Título 2 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 2/09.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DO PRODUTO

A primeira entrega do produto objeto deste Contrato será realizada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura deste Instrumento, considerada a quantidade estimada de 2.500 (duas mil e quinhentas) dúzias de garrafas por entrega, conforme estabelecido no Título 4 do Anexo 2 ao Edital de Pregão Eletrônico n. 2/09.

Parágrafo primeiro – Após a entrega inicial, o produto deverá ser entregue semanalmente, num prazo máximo de dois dias úteis a contar do pedido do órgão fiscalizador, que indicará os locais de entrega.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA fornecerá as lâminas de madeira separadoras para empilhamento de estoque, tipo "CHAPATEX ou similar", necessárias para empilhamento do produto, conforme estabelecido no Título 6 do Anexo n. 1 ao Edital de Pregão Eletrônico n. 2/09.

Parágrafo terceiro – O produto deverá ser entregue em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados, no horário das 9h às 11h30 e das 14h às 17h30, no Almoxarifado de Material de Consumo III, localizado no subsolo do Edifício Anexo I, e nas áreas de carga e descarga dos Anexos III e IV, da Câmara dos Deputados, dentro do prazo estabelecido, contado na forma do disposto no Título 4 do Anexo n. 1 ao Edital de Pregão Eletrônico n. 2/09.

Parágrafo quarto – É da responsabilidade da CONTRATADA o transporte vertical e horizontal do produto até o local indicado no parágrafo anterior.

Parágrafo quinto – O produto fornecido será recebido



CÂMARA DOS DEPUTADOS

definitivamente se em perfeitas condições e em conformidade com as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA, contando-se a partir daí, o prazo de validade, referido na cláusula quarta deste instrumento.

Parágrafo sexto – O produto (nacional ou importado) deverá ser entregue contendo no rótulo todas as informações sobre o mesmo em língua portuguesa.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE

Os produtos fornecidos deverão apresentar prazo de validade de, no mínimo, 6 (seis) meses, a contar do aceite definitivo, observadas as especificações descritas no Anexo n. 1 ao Edital de Pregão Eletrônico n. 2/09.

Parágrafo único – Durante o prazo de validade, a CONTRATADA substituirá, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, o produto que apresentar impropriedades para o consumo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no Edital de Pregão Eletrônico n. 2/09, além daquelas determinadas pelo órgão fiscalizador, em caráter complementar, visando à perfeita execução do objeto do presente Contrato.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão do Contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo quinto – A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da licitação.

Parágrafo sexto - A CONTRATADA deverá apresentar, trimestralmente, laudo bacteriológico da água fornecida, emitido por laboratório oficial, a contar da data de assinatura deste Contrato.

Parágrafo sétimo – Independentemente do laudo exigido no parágrafo anterior, a CONTRATANTE reserva-se o direito de determinar que o produto entregue seja submetido a análise por instituições competentes, bem como de exigir, a qualquer momento, que a CONTRATADA apresente resultados de exames bacteriológicos previstos no Código de Águas Minerais, acompanhadas de laudos técnicos que comprovem o atendimento dos padrões legais pertinentes vigentes à época, estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia, referente à fonte de que provirá o produto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, omissão ou outras faltas mencionadas no Título 12 do Edital do Pregão Eletrônico n. 2/09, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções administrativas previstas no referido dispositivo editalício, observadas as condições nele indicadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total estimado do presente Contrato é de R\$660.564,00 (seiscentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), considerado o preço unitário de R\$7,08 (sete reais e oito centavos), por dúzia, constante da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O pagamento do produto entregue à Câmara dos Deputados e por esta aceito definitivamente será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão competente. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo segundo – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CRF) e do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), ambos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo terceiro – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo do produto, bem como da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quarto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212 de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711 de 1998 e n. 11.488 de 2007, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430 de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo quinto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2009NE000735, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

-Programa de Trabalho:

01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo

-Natureza da Despesa:

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 – Material de Consumo

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 19/03/09 a 18/03/10.

Parágrafo único – Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Considera-se órgão fiscalizador do presente Contrato o Departamento de Material e Patrimônio da Câmara dos Deputados, situado no Edifício Anexo I, 13º andar, que indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 06 (seis) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 13 de março de 2009.

Pela CONTRATANTE:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Diretor-Geral
CPF nº 358.677.601-20

Pela CONTRATADA:

Luiz Paulo Pereira
Procurador
CPF nº 542.817.259-20

Testemunhas: 1) _____

2) _____

CCONT/DN